



## Língua Brasileira de Sinais na Educação Odontológica: o perfil das graduações em estados do Sudeste Brasileiro

Yuri de Lima Medeiros<sup>1</sup>, Luan Viana Faria<sup>2</sup>, Danielle Fernandes Lopes<sup>3</sup>, Carla Couto de Paula Silvério<sup>4</sup>

### RESUMO

**Introdução:** O reconhecimento da Comunidade Surda, enquanto minoria linguística que utiliza a Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) como sua primeira língua, tornou-se um grande desafio para os serviços de saúde, especialmente, a partir do Decreto 5.626/05, o qual regulamenta o atendimento especializado a essa comunidade, tanto no que diz respeito à identificação de suas especificidades psicolinguísticas, quanto aos desafios puramente linguísticos. A falta de embasamento teórico-prático na formação acadêmica dos profissionais da saúde culmina em obstáculo para os surdos aos serviços de saúde e à prestação de serviço de qualidade. **Objetivo:** Realizar uma pesquisa nas Faculdades de Odontologia dos estados de Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ) e Espírito Santo (ES), reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), e verificar se os cursos apresentam em sua grade curricular a disciplina de LIBRAS. Caso apresentem, verificar a natureza da disciplina (obrigatório ou não obrigatório) e carga horária teórico/prática. **Métodos:** As grades curriculares das faculdades foram avaliadas e os dados coletados analisados descritivamente por dois avaliadores independentes, sendo excluídas desta pesquisa as faculdades que não disponibilizam a grade curricular e as que ainda não tiveram o curso inaugurado. **Resultados:** Dentre as 101 universidades cadastradas em MG, RJ e ES, 82 foram incluídas no estudo – 51 de MG, 10 do ES e 21 do RJ. Das instituições de ensino analisadas, 71 são particulares e 12 públicas, incluindo federais e estaduais. Dentre elas, 51 faculdades (62,2%) apresentam a disciplina de LIBRAS, sendo 30 em MG (58%), 8 no ES (80%) e 13 no RJ (61%). Após análise das instituições que ofertam a disciplina e que disponibilizam essa informação, verificou-se que 43 (52,4%) apresentam a disciplina com caráter

<sup>1</sup> Acadêmico de Odontologia na Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: yuri11medeiros@gmail.com

<sup>2</sup> Acadêmico de Odontologia na Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>3</sup> Acadêmica de Odontologia na Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>4</sup> Professora Adjunta da Faculdade de Letras na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com atuação no Curso de Letras - Libras.

não obrigatório, sendo 24 (47,5%) localizadas em MG, 8 (100%) no ES e 11 (84%,6) no RJ, enquanto somente 7 faculdades (14%) apresentam a disciplina com caráter obrigatório. A análise da carga horária reservada para esta disciplina apresentou uma média de 40,04h, 63,5h e 45,58h para os estados de MG, ES e RJ, respectivamente. **Conclusão:** A partir da carência observada do ensino de LIBRAS, nos cursos de graduação de Odontologia, nota-se a necessidade de elevar a inclusão e obrigatoriedade da língua como disciplina em 100% das instituições de ensino, incluindo os demais cursos da saúde, como forma de garantir o acesso de qualidade à saúde para essa comunidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação em Saúde. Língua de Sinais. LIBRAS. Odontologia. Acesso aos Serviços de Saúde.

## REFERÊNCIAS

1. Costa AAI, Bona AD. Atendimento odontológico de pacientes surdo-cegos: enfrentando desafios. RFO UPF. 2013 jan./abr.; 18(1):107-111.
2. Levino DA, Souza EB, Cardoso PC, Silva AC, Carvalho AETM. Libras in medical graduation: the awakening to a new language. Rev. Bras. Educ. Méd. 2013; 37(2): 291-297.
3. Machado WCA, Shubert CO, Prado AR, Fernandes EM, Tonini T, Leoni MG. The Teaching of Sign Language in Undergraduate Nursing Courses: A Descriptive Study as an Attribute to the Integrality of Care. Health. 2015; 7(14):1824.
4. Neves DB, Felipe IM, Nunesa SPH. Atendimento aos surdos nos serviços de saúde: acessibilidade e obstáculos. Imfarma. 2016 jun./set.; 28(3):157-165.
5. Sheppard, K. Deaf adults and health care: Giving voice to their stories. Journal of the American Association of Nurse Practitioners. 2014; 26(9):504-510.